



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7575 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação

Glasielle Lopes de Carvalho Ribeiro

Glasielle Lopes de Carvalho Ribeiro - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### **ENTRE VOZES E MANIFESTOS: SENTIDOS PRODUZIDOS SOBRE OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DO ENSINO MÉDIO**

Este trabalho anuncia parte da dissertação de mestrado elaborada pela autora e se insere nas contribuições sobre capital – trabalho – educação. Em especial, colabora com as reflexões acerca dos sentidos produzidos pelos “itinerários formativos”, expressos na Lei nº 13.415/17, que reformula o currículo do ensino médio.

À luz do método, circunscrevemos nosso objeto sob o Materialismo Histórico e Dialético (MHD), pois por meio dele, analisamos as contradições que emergem do fenômeno estudado e buscamos superar as expressões anunciadas na sua pseudoconcreticidade. Desse modo, interrogamos os sentidos produzidos pelos “itinerários formativos”, a partir das relações sociais e das determinações históricas. Dito isso, em diálogo com Karel Kosik, entendemos que “o caminho entre a ‘caótica representação do todo’ e a ‘rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações’ coincide com a compreensão da realidade”. (KOSIK, 1976, p. 36).

A dimensão crítica e dialógica da linguagem bakhtiniana (2006) nos ajudou a postular as seguintes questões sobre nosso objeto: Quais sentidos estão em disputa sobre os itinerários formativos em um contexto de precarização das relações de trabalho? De que forma na flexibilização do currículo está subsumida a correlação de forças do Estado capitalista e da classe trabalhadora na formação dos jovens brasileiros? A escolha individual pelo processo formativo dos alunos no “novo” ensino médio pode ser efetivada ou será definida pela oferta? Quais determinações entram em jogo com a ideia trazida de que o estudante tem liberdade na escolha do itinerário formativo?

Na busca por respostas, selecionamos como procedimento metodológico a análise documental. Na dissertação utilizamos cinco documentos, aqui, para fins didáticos, optamos por destacar somente manifestos das entidades político-organizativas estudantis e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Assim, o quadro a seguir apresentará a organização dos documentos examinados:

Quadro 1- Vozes

NÚMERO	DOCUMENTO TEMA	ENTIDADES SIGNATÁRIAS	DATA	DISPONÍVEL EM:
1	Entidades estudantis e professores contra a Reforma do Ensino Médio	União Nacional dos Estudantes	30 de setembro de 2016.	une.org.br
3	Por que somos contra a MP da reforma do ensino médio?	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	s.d	epsjv.fiocruz.br
4	Texto: BNCC joga ainda mais incertezas sobre o Ensino Médio	Rede UBES	20 de abril de 2018	ubes.org.br

Fonte: A autora, 2019.

A observação do primeiro documento, produzido pelos/as estudantes da UNE após o encontro promovido pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) no dia 30 de setembro de 2016, revela a resposta imediata deles/as à MP nº 746 de Michel Temer, e enfatizava os ataques à educação básica, em particular, a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O texto ressalta a preocupação com modelos anteriores de educação profissional, bem como com “o retrocesso”; “a desprofissionalização”, decorrente do notório saber; a alteração no “Fundeb”; e a questão do diálogo entre as disciplinas e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Nas palavras de Moara Correa, presidente da organização:

“E temos também a história do ensino profissionalizante, que também acontecia durante o período da ditadura. A gente sabe que na prática quem vai ficar sem essas aulas são só os estudantes do ensino público, porque os estudantes do ensino privado continuarão a ter essas matérias e sabe por quê? Porque tudo isso cai no vestibular [...]” (UNE, 2016, n.p).

A preocupação com a profissionalização do ensino médio e com a ausência da formação propedêutica levou não só a UNE, mas também outras entidades educacionais a publicarem suas interpretações sobre os encaminhamentos da reforma do ensino médio. Dessa maneira, analisamos outro documento, elaborado pela Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O escopo do texto apresenta o esquema de perguntas e respostas. No total foram cinco interrogações à MP implementada pelo emedebista, Temer: “O ensino médio brasileiro está falido e precisa sofrer uma reforma?”; “Mas o currículo do ensino médio não deveria ser mais interessante para os jovens?”; “O currículo do ensino médio no Brasil não é mesmo muito carregado, com um número excessivo de disciplinas que muitas vezes não vão ter utilidade nenhuma para os jovens?”; “Não é positivo que o estudante do ensino médio, após cursar por um ano e meio um conteúdo comum a todos, possa escolher para o restante do ensino médio um dos cinco itinerários formativos propostos: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional?”. Das respostas que emergem do manifesto com a finalidade de responder as perguntas, destacamos parte da segunda:

[...] Um jovem que não frequente cinema, teatro ou museus, por exemplo, dificilmente vai desenvolver um interesse específico pelas artes. Aqui, o interesse está limitado

pela falta de acesso. Da mesma forma, a entrada rápida no mercado de trabalho – por meio de um curso profissionalizante, por exemplo – pode ser entendido como “interesse” de uma parcela dos estudantes brasileiros quando, na verdade, talvez seja apenas a urgência que os jovens das camadas mais pobres têm de contribuir com a renda da família. Aqui, o interesse é definido pela necessidade. (EPSJV, 2016, n.p).

O fragmento do texto expõe a preocupação com os processos formativos duais que estruturam o ensino médio no Brasil. Também evidencia que as desigualdades sociais são imperativas na escolarização da juventude. Desse modo, dialoga com o terceiro texto examinado, publicado pela Rede UBES, discute que garantir somente língua portuguesa e matemática como componentes curriculares obrigatórios pode precarizar ainda mais o ensino médio público.

Na proposta de BNCC apresentada pelo Ministério da Educação este mês, ficam estipuladas as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos estudantes em cada grande área do conhecimento (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza). Mas apenas dois “componentes curriculares”, como agora são chamadas as disciplinas, tiveram os objetivos específicos detalhados, ano a ano: português e matemática. (UBES, 2018, n.p).

De acordo com Frigotto e Ramos (2016), o ensino médio brasileiro já apresentava leis completas e atuais, não necessitando de reformulações. Dessa forma, nossos esforços se concentram na busca do por quê a proposição de um novo currículo para o ensino médio composto pela BNCC, sobretudo pelos itinerários formativos. A interpretação que fizemos a partir do diálogo com documentos expressa que os jovens temem ser empurrados para uma formação frágil, aligeirada, vazia, desigual e que culmine em um processo compulsório de educação profissional.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. –ed. – São Paulo: Huvitec, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a alteração da lei nº 9.394/96 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, UNICAMP, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.